



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E DO ENSINO SUPERIOR
DIRECÇÃO-GERAL DO ENSINO SUPERIOR
INSTITUTO POLITÉCNICO DE TOMAR

ESCOLA SUPERIOR DE GESTÃO DE TOMAR

LICENCIATURA EM AUDITORIA E FISCALIDADE

DISCIPLINA DE CONTENCIOSO FISCAL

ANO LECTIVO 2006/2007

3º ANO / 2º SEMESTRE

CARGA HORÁRIA (3T/P)

REGIME SEMESTRAL

Docente: Joana Pinto Coelho (Eq. assistente 1º Triénio)

Objectivos da disciplina:

Fornecer aos alunos uma visão de enquadramento do direito tributário adjectivo, ao nível das garantias dos contribuintes em face da actuação da administração fiscal, bem como dos meios disponíveis para sua defesa em termos de procedimento e processo tributário.

I – INTRODUÇÃO

1. Noção e âmbito do Direito Fiscal.
2. Direito Fiscal, Direito Tributário e Direito Financeiro.
3. O Direito Tributário substantivo e o Direito Tributário adjectivo.
4. Enquadramento jurídico da actividade tributária.
5. Noção e classificação de actos tributários.
6. As dimensões constitucionais da justiça tributária.

II – A FUNÇÃO GARANTISTICA DA JUSTIÇA TRIBUTÁRIA

1. As garantias dos contribuintes em especial.
2. As garantias administrativas:

- i) Garantias administrativas não impugnatórias;
 - a) O direito à informação;
 - b) O direito de participação;
- ii) Garantias administrativas impugnatórias;
 - a) O direito de reclamação;
 - b) O direito de recurso (administrativo);
- iii) Garantias jurisdicionais;
 - a) O direito de acção judicial;
 - b) O direito de oposição;
 - c) O direito de recurso jurisdicional;

III – O PROCEDIMENTO TRIBUTÁRIO

1. A noção de procedimento.
2. As fases do procedimento, em geral.
3. Os princípios aplicáveis ao procedimento tributário.
4. Os sujeitos do procedimento tributário.
5. Os procedimentos tributários em especial.

IV – O PROCESSO TRIBUTÁRIO

1. Enquadramento do processo tributário.
2. Princípios estruturantes do processo tributário.
3. Os actores do processo tributário.
4. Os meios processuais (contencioso tributário).
5. O processo de impugnação judicial.
6. A acção para reconhecimento de um direito ou interesse em matéria tributária.
7. O processo de execução fiscal.
8. Outros meios processuais.
9. Os recursos jurisdicionais.

AVALIAÇÃO

Além de continua nas aulas práticas, haverá frequências escritas e trabalhos práticos.



Os alunos dispensarão de exame se obtiverem a **nota média mínima de 10 valores** nas frequências.

Nos **exames** só dispensarão da oral se obtiverem a **nota mínima de 10** valores na escrita.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTO XAVIER, Manual de Direito Fiscal, Lisboa, 1981.

CARLOS M.C. PAIVA, Da tributação à revisão dos actos tributários, Almedina, Coimbra, 2005.

CASALTA NABAIS, Lições de Direito Fiscal, 4ª Edição, Almedina, Coimbra, 2006.

DIOGO LEITE DE CAMPOS, Direito Tributário, 2ª Edição, Almedina, Coimbra, 2003.

JOAQUIM FREITAS DA ROCHA, Lições de Procedimento e Processo Tributário, Coimbra Editora, 2004.

SALDANHA SANCHES, Manual de Direito Fiscal, 2ª Edição, Coimbra Editora, 2002.

SERENA CABRITA NETO, Introdução ao Processo Tributário, Coimbra Editora, 2004.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'paiva', is located in the bottom right corner of the page.